

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.849 - SP (2018/0329408-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : MARIA ELENA PEREIRA DE MECENA
EMBARGANTE : STELA ALVES
EMBARGANTE : SILVIA PERES CARDOSO
EMBARGANTE : SAMUEL EUSTAQUIO DA COSTA
EMBARGANTE : REINALDO LUIZ DA SILVA
EMBARGANTE : RAQUEL ESTEVAO RASQUINHO
EMBARGANTE : RAFAEL GONCALVES BASTOS
EMBARGANTE : PEDRO GOMES DE SOUZA
EMBARGANTE : OSVALDO ALVES JUNIOR
EMBARGANTE : ANDERSON RODRIGUES
EMBARGANTE : MARGARIDA PACIFICO DE ALBUQUERQUE MAGALHAES
EMBARGANTE : MARCIO ALVES
EMBARGANTE : LINDINALVA FRANCISCA GOMES
EMBARGANTE : JOSE CARLOS PIMENTEL
EMBARGANTE : GENEUCY ALVES BEZERRA
EMBARGANTE : DEALINA DE JESUS PAIXAO CARRASCO
EMBARGANTE : DANIEL TOBIAS DA SILVA
EMBARGANTE : CECILIA GONCALVES CIANELLI
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS DOS SANTOS
ADVOGADO : SYLVIA MARIA PATERNO FERRÉ E OUTRO(S) - SP200932
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : JOSE EDUARDO DE ARAUJO LUZ E OUTRO(S) - SP350323

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura ou contraditória. Não são destinados à adequação do *decisum* ao entendimento da parte embargante, nem ao acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, à rediscussão de questão já resolvida. Precedentes.

2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do julgado, o que é inviável nesta seara recursal.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do

Superior Tribunal de Justiça

voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

